



VIOLÊNCIA POR ARMA DE FOGO CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

Ana Paula Machado Ribeiro¹ ;

Silvia Moreira Trugilho²;

Lincon Fricks Hernandez³

¹ Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local; ribeiroap@hotmail.com

² Doutora em Educação; UFES; strugilho@gmail.com

³ Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local; Coordenador e docente do curso de Psicologia da Faculdade América; psicologia@faculdadeamerica.com.br

Palavras-chave: Violência doméstica contra a mulher. Lei Maria da Penha. Violência psicológica contra a mulher. Saúde mental da mulher.

INTRODUÇÃO

A violência está presente nas relações humanas desde a antiguidade, mas o desenvolvimento científico e a constituição da modernidade forjou novas configurações de mundo e de sociabilidade, contribuindo para a formação de múltiplas expressões da violência, que se projetam no cotidiano das relações sociais, no campo e nas cidades.

Atualmente é possível observar a partir de vários estudos, dentre os quais citamos Losacco (2010), Gentili (2015), Waiselfisz (2016), Cabral e Trugilho (2015), um crescimento demasiado da violência no Brasil. Trata-se de um fenômeno de múltiplas faces e de natureza polissêmica, configurando-se como uma das distintas expressões da questão social em “cuja gênese e composição encontram-se inseridos fatores de ordenes política, econômica, social, cultural, de relação de gênero, dentre outros”, como afirmam Cabral e Trugilho (2015, p. 111).

Desse modo, enfrentamento da violência consiste em um desafio para as políticas públicas, problemática que de maneira indireta e direta atinge a todos os segmentos



sociais e está para além de mera questão de segurança pública. Revela-se, poie em um problema de políticas públicas e de direitos humanos. A considerar-se que nas últimas décadas o número de mortes decorrentes de homicídios por armas de fogo passou a ser a principal causa de mortes precoces no país (WAISELFISZ, 2016).

Deste modo o presente trabalho tem como objetivo discutir a violência como as configurações dessa questão na especificidade da violência provocada por disparo de arma de fogo que vitimiza crianças e adolescentes.

Tessituras sobre a violência por arma de fogo contra crianças e adolescentes no Brasil

Vale ressaltar que, segundo Waiselfisz (2016) a temática das armas de fogo tem começado receber maior destaque midiático e interesse em pesquisas científicas que objetivam quantificar ou qualificar esse fenômeno social. Os estudos se mostram cada vez mais necessários ante a crescente onda de violência, pois seus resultados contribuem para subsidiar políticas públicas que possibilitem o enfrentamento da violência e a garantia dos direitos humanos e sociais.

Assim, o presente estudo se interessa por sistematizar informações relacionadas caracterização social da violência por arma de fogo em de crianças e adolescentes, a partir dos registros do 190 da Polícia Militar da região Sul do Espírito Santo, destacando as possíveis causas e consequências associadas a esse tipo de violência que afeta crianças e adolescentes, bem como os encaminhamentos realizados em relação ao atendimento às vítimas.

No que tange aos índices de mortes ocasionados por armas de fogo é possível se deparar com uma realidade diferente em virtude do Subsistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS), que em dias atuais encontra-se vinculado na Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS). Os dados coletados por esse sistema passaram a ser divulgados desde o ano 1979, configurando-se uma fonte confiável para pesquisas que abordam esta problemática (WAISELFISZ, 2016).

Para Mansur (2012, p. 31), “o problema da violência não é apenas uma questão de estatística. Por trás desses números encontram-se pessoas – quando não são



famílias inteiras - que tiveram ou ainda tem experiências profundamente marcadas”. Agudelo (1990, p. 1) assinala que “a violência afeta a saúde pois representa um risco maior para a realização do processo vital humano: ameaça a vida, altera a saúde, produz enfermidade e provoca a morte, como realidade ou como possibilidade próxima”.

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002 s/p) classifica como violência o uso da força e poder de maneira proposital, para coagir, ou seja, como uso propositado “uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações”.

Minayo (1994) afirma que a violência consiste em um problema saúde pública e urge ser tratado como tal, não apenas pelas vias da segurança pública, pois os efeitos da violência interferem diretamente na qualidade de vida das pessoas, reverberando em agravos em saúde mental.

Para Souza e Jorge (2006, p. 23), “importa abordar essa questão focalizando o olhar sobre as vítimas e objetivando, tanto quanto possível, a prestação do atendimento adequado, alívio do sofrimento e o pensar nos modos de prevenir as ocorrências, por meio de uma forma ampliada de fazer saúde”.

Silva, Ponte e Tognini (2012), em concordância com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), afirmam que a violência consiste em uma questão de saúde pública, que reverbera em elevadas taxas de mortalidade e morbidade estável, com destaque para o público infanto-juvenil almejados por armas de fogo.

Os dados coletados através do Subsistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde e paralelos a outros estudos apontam que no Brasil o público infanto-juvenil se torna cada vez mais a principal vítima de mortes por armas de fogo, e as estatísticas apontam que entre três mortes duas são de causas violentas (WAISELFISZ, 2016).

Os dados divulgados pelo relatório elaborado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), intitulado “Um rosto familiar: violência na vida das crianças e



adolescentes”no ano de 2017 constatou que em alguma parte do planeta aproximadamente a cada sete minutos uma criança ou adolescente na faixa etária entre 10 e 19 anos morre sendo vítima de violência por conflitos armados a América Latina e Caribe ocupam o primeiro lugar com índice de 51,3 mil homicídios envolvendo armas de fogo, no ano de 2015, (UNICEF, 2017).

Ainda segundo o referido documento, o Brasil encontra-se entre os cinco países da América Latina com maior índice de homicídios de crianças e adolescentes na faixa etária de 10 a 19 anos de idade. Em primeiro lugar está a Venezuela com 96,7, em segundo lugar a Colômbia com 70,7, El Salvador em terceiro lugar com 65,5, Honduras em quarto lugar e na quinta posição, como dito anteriormente, está o Brasil com índice de 59 (UNICEF, 2017).

Em conformidade com o relatório em 2014, no Brasil os índices de homicídios de adolescentes homens negros chega a ser três vezes mais elevado que comparado a adolescentes homens brancos. Múltiplos fatores correlatos potencializam o crescimento dos índices de homicídios, o relatório faz menção à distribuição de renda no país, as discrepantes desigualdades sociais, o fácil acesso à arma de fogo, o recrutamento do tráfico de drogas, englobando o uso abusivo de álcool e outras drogas, ausência de empregos e também problemas de infra-estrutura urbana (UNICEF, 2017).

Lopes, Costa e Musse (2018) destacam que no Brasil consequentemente a mortalidade por causas externas da população infanto-juvenil, resulta no maior número de Anos Potenciais de Vida Perdidos (APVP). Tal medida visa quantificar o número de mortes prematuras, ou seja, quando a morte acontece abaixo da faixa etária esperada, com isso os homicídios se tornam relevantes indicadores sociais, assim como de saúde pública.

Outro estudo realizado por Freitas et. al (2018), conclui que no Brasil além do elevado número crescente de jovens vítimas de arma de fogo, consequentemente outros milhões são acometidos de lesões não fatais, que também incidem sobre os



anos potenciais de vida perdidos. As estatísticas apontam que para cada óbito de um menor de 18 anos, outros 12 permanecem internados ou acometidos de incapacidade permanente.

Estudo realizado Cabral e Trugilho (2015, p. 118), no estado do Espírito Santo, atenta para o crescimento anual da violência contra criança e adolescentes, fator que torna evidente a necessidade de se discutir o tema não apenas pela via da segurança pública, mas também da saúde pública, de maneira que venha favorecer o desenvolvimento e implementação de políticas públicas que possam assegurar os direitos previstos na Constituição Federativa Brasileira, e no Estatuto da Criança e Adolescente, para que estes venham ser reconhecidos como sujeito de direitos.

Em termos similares, Gomes et al. (1999) considera que em meio a esses desafios que se apresentam com os agravos decorrentes das novas manifestações da violência na contemporaneidade, a Saúde Pública precisa se voltar para o aumento de intervenções em conjunto com outros setores, não se restringindo a práticas engessadas, restritas a espaços comuns. Afirmam que tanto a participação, quanto a implementação de Conselhos Municipais Tutelares, contribui para que possa realmente ocorrer mudanças significativas no cenário social alarmante que afeta a condição de vida principalmente de jovens e crianças que têm sido as principais vítimas deste fenômeno marcante na sociedade contemporânea, que é a violência.

Neste ínterim, as desigualdades sociais surgem como importante elemento de analítico para se problematizar os crescentes índices de mortalidade por violência de maior prevalência para o público jovem, principalmente os que se encontram nos segmentos menos favorecidos socialmente, que sucumbem ao predatório sistema de produção capitalista, realidade que pode vir a ser um agente potencializador para que esse jovem venha se envolver em atividades ilícitas, vislumbrando e idealizado uma oportunidade de ascensão social, estando mais vulnerável a situações de riscos (HERNANDES, 2016).



As desigualdades sociais são mecanismos que desfavorecem a diminuição da violência no país e, embora toda população esteja à mercê da violência, os mais pobres estão em condições de maior vulnerabilidade. Sobre este aspecto Silva, Ponte e Tognini (2012) advertem para a necessidade de um olhar multidimensional para a questão da violência, condição imprescindível para desconstrução de uma sociedade violenta.

Ao fazer uma leitura das transformações societárias recentes e das raízes da violência atual, Gentili (2015, p. 22) tece reflexões sobre a violência como crise da sociabilidade humana e assinala que, [...] o enraizamento na vida social é bem mais complexo e deletério, chegando a atingir as estruturas culturais e os entendimentos ideológicos, manifestados nas estruturas jurídicas e políticas e nos aparatos policiais e repressivos.

Distintos mecanismos sociopolíticos funcionam na sociedade brasileira produzindo e reproduzindo as desigualdades sociais. Tais mecanismos fazem com que algumas vidas sejam classificadas como menos humanas e, assim, passam a ser responsabilizadas por uma série de sintomas sociais que afetam todo segmento populacional, tais como a violência e aumento da criminalidade; quando verdadeiramente sujeitos compreendidos como potencialmente perigosos não são causas, mas efeitos decorrentes do sistema vigente de produção capitalista (HERNANDES, 2016).

Hernandes (2016) ao realizar um estudo sobre a subjetividade e os modos de subjetivação de jovens internados compulsoriamente para tratamento de álcool e outras drogas mediante o cometimento de atos infracionais, constatou que a violência surge como um dispositivo internalizado na vida desses sujeitos que olham para mesma como um componente natural de suas trajetórias e modos de ser estar no mundo e reproduzem na sociedade os efeitos destrutivos que os atingiram na constituição de sua subjetividade. Ainda segundo o autor podemos pensar nesses meninos como produtos e produtores do meio, desta forma a subjetividade seria uma forma de ser e estar no mundo e os modos de subjetivação a invenção dessas



formas. Entretanto a escassez de possibilidades reduz drasticamente outras formas de ser e estar no mundo para além/aquém daquelas que lhes são impostas.

Minayo (1990) afirma que, em nossa sociedade forjada na divisão de classes, para se pensar em intervenções que alcancem êxito no trato dos problemas sociais, se faz necessário compreender as tessituras históricas, socioeconômicas, e culturais de sua conformação. Deste modo, a fim de que se possa subtrair as desigualdades sociais no Brasil, necessário se faz, “[...] melhorar a distribuição de renda e aumentar a oferta de emprego; e atuar na esfera da cultura, para fomentar a transformação das mentalidades, em favor das crianças e dos adolescentes” (TAVARES, 2006, p. 2014).

Considerações finais

Foi possível constatar a ausência de políticas públicas e programas de prevenção mais assertivos direcionados as crianças e adolescentes vítimas de violência por arma de fogo no Brasil. Tendo em vista, que, estes são reflexos de um Estado omissivo, em que as mortes reverberam também das desigualdades sociais, e resquícios de anos de escravidão de nosso país, pois os jovens negros são as vidas perdidas que mais aparecem nos dados estáticos.

Nesse sentido, cumprem repensar estratégias mais assertivas, que possam promover o acesso às políticas públicas de saúde, educação, assistência social, trabalho, lazer e esporte. Assim, como mobilizações sociais, participação da sociedade, para que estas mortes não sejam apenas números ou notícias de jornais.

Portanto, urge entender as engrenagens e dispositivos que mantém o funcionamento desse extermínio de sujeitos potencialmente perigosos, quando na verdade estes deveriam ser compreendidos como sujeitos, potencialmente vulneráveis, os quais de tornam alvos da violência por armas de fogo em maior proporção estatística.

Referências bibliográficas:



II Congresso INTERNACIONAL
Psicologia
FACULDADE AMÉRICA

GENTILLI, R.M.L. Transformações societárias recentes e as raízes da violência atual. In: GENTILLI, R.M.L; COELHO, M.C.R. (Orgs.). Investigações sobre violência e sociabilidade: desafios transdisciplinares. São Paulo: Veras, 2015. p. 19-40.

GENTILLI, R. M. L.; TRUGILHO, S. Violência e a Destrutividade da Sociedade do Capital: consequências para as políticas públicas. Revista Políticas Públicas, São Luís, v. 18, n. 2, p. 523-534, jul./dez. 2014.

GENTILLI, R. M. L.; TRUGILHO, S.; HELMER, F.P. Violência e Condições de Vida de Jovens. Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 115 - 127, jan./jul. 2017.

HERNANDES, L.F. Internação Compulsória e a vida em cena. 2016. 114 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, Vitória, 2016.

HERNANDES, L. F.et al. Internação compulsória e o tratamento para dependentes químicos. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas... 2017, São Luís. Anais...São Luís: UFMA, 2017. p. 1-10.